

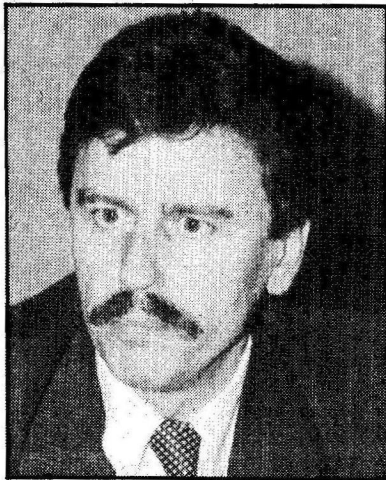
Dívida: otimismo de Mailson não é partilhado por Milliet

BRASÍLIA — Enquanto o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega considera altamente positiva, como afirmou ontem, a iniciativa dos bancos credores de apresentarem, pela primeira vez em três anos, uma proposta formal de acordo sobre a dívida externa brasileira, o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, não parece partilhar do mesmo otimismo.

— O importante é ressaltar a iniciativa dos bancos, de apresentarem uma proposta apenas nove dias depois que o Brasil fez o pagamento de parte dos juros de janeiro — afirmou o Ministro à imprensa, ao fim da tarde de ontem.

Já Fernando Milliet, nas declarações que fez ontem em São Paulo, antes de embarcar para Brasília para jantar com o Ministro da Fazenda, utilizou palavras bem mais duras. Para ele, a proposta não implica que o País esteja próximo de um entendimento. Pelo contrário, afirmou, se os bancos não fizerem concessões, a proposta não será aceita.

As condições dos credores, segundo o relato do Ministro, são de um volume de financiamento de US\$ 5 bilhões para os juros devidos no período 1987/88 e parte de 1989, prazo de reescalonamento de 20 anos para o estoque da dívida de US\$ 68 bilhões (sendo US\$ 48 bilhões de dívida do setor público) e um **spread** (taxa de risco) de 0,875% — acima da taxa de 0,81% obtida pelo México. A proposta pressupõe, ainda, a formalização de um acordo do Governo brasileiro



Milliet: entendimento está distante

com o Fundo Monetário Internacional (FMI), vinculando os seus desembolsos aos dos bancos.

O Ministro da Fazenda não chegou a afirmar que a proposta dos credores é suficiente para que o Brasil faça um novo pagamento, mas já adiantou que o próximo desembolso corresponderá ao restante dos juros devidos em janeiro, cerca de US\$ 580 milhões. A oportunidade desse novo pagamento parece estar próxima, já que Mailson acredita na rápida evolução das negociações com os credores a partir de sua visita aos Estados Unidos, onde desembarca no próximo domingo.

O Presidente do Banco Central,



Mailson: acordo sai neste semestre

por sua vez, declarou em São Paulo que é excesso de otimismo acreditar que o Brasil possa fechar um acordo durante a visita aos Estados Unidos, em que ele estará acompanhando o Ministro.

Na avaliação de Mailson, as condições apresentadas pelos bancos não atendem integralmente aos parâmetros colocados pelo Governo brasileiro — situação que é descrita por Fernando Milliet, simplesmente, como discrepância entre a proposta brasileira e o contra-oferecimento dos bancos.

O montante de financiamento dos juros de 1987 a 1989 solicitado pelo País, segundo o Ministro da Fazenda,

foi em torno de US\$ 7 bilhões. Ele acrescentou que o Governo brasileiro não concorda com a exigência de um entendimento com o FMI, muito menos com a vinculação dos desembolsos das duas fontes. O prazo de 20 anos para o reescalonamento do estoque da dívida também foi considerado insuficiente pelo Ministro.

Contudo, de acordo com o cronograma fornecido ontem pelo Ministro, o acordo de médio prazo com os bancos estará concluído neste primeiro semestre, que deverá coincidir com o fechamento também das negociações com o FMI.

Sobre este aspecto, Fernando Milliet afirmou:

— Não é nenhuma novidade que o Brasil vai voltar ao FMI. O que se discute é apenas a vinculação do desembolso de dinheiro novo dos credores ao acordo do Brasil com o Fundo Monetário. Isso, de fato, é um ponto ainda não resolvido.

No sábado, o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central estarão embarcando para os Estados Unidos. E até o fim deste mês, a primeira missão de negociação do Governo brasileiro com o FMI estará em Washington.

● **MÉXICO** — O governo mexicano anunciou ontem ter obtido todas as licenças necessárias para proceder à oferta de bônus garantidos por títulos do Tesouro dos Estados Unidos, em troca de parte de sua dívida externa. A J. P. Morgan, instituição que atua como agente do México para a emissão dos bônus, afirmou que foi recebido o "sinal verde" também do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).